



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008890-66.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Exequente: **Andréia Cristina de Moraes**  
 Executado: **Odineis Aparecido Cazarini**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

**ANDRÉIA CRISTINA DE MORAES** ajuizou a presente ação de cobrança em face de **ODINEIS APARECIDO CAZARINI**, alegando em síntese que: a) é credora do réu na importância de R\$ 91.525,13; b) que o título executivo judicial preenche todos os requisitos exigidos por Lei, constituindo-se título líquido, certo e exigível, ensejando cobrança através do procedimento previsto para execução por quantia certa; c) requer a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 91.525,13.

O réu, em contestação de fls. 40/49, alegou que: a) a dívida encontra-se prescrita, visto que foi declarada em 2006; b) que o empréstimo referido nos autos, foi adquirido de sua genitora; c) para evitar aborrecimento familiar, em relação aos outros irmãos do réu, a autora se prontificou em dar seu nome para declarar no imposto de renda dele que, tal empréstimo não teria advindo de sua genitora; d) requer a improcedência do pedido.

Réplica de fls. 216/218.

**É o relatório.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### **FUNDAMENTO e DECIDO.**

Julgamento antecipado da lide, a teor do que reza o art. 355, I, do Código de Processo Civil de 2015, porque se trata de matéria que independe de dilação probatória.

De início, rejeito a impugnação aos benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que o impugnante (réu) não instruiu a contestação com quaisquer documentos que demonstrem que a autora não faz jus a tal benefício.

Ademais, o fato de haver constituído advogado particular, não é motivo para o acolhimento de sua pretensão, a teor do que dispõe o artigo 99, §4º, do NCPC.

A matéria ora discutida foi objeto de pedido na ação de separação do casal. Naquela ocasião, o magistrado sentenciante entendeu que demandaria ação própria. O feito apenas transitou em julgado em 02.12.2015 (fls.14).

Assim, nos termos do art. 202, parágrafo único, não há prescrição a ser reconhecida, porque somente a partir dessa última data é que se iniciaria o prazo prescricional.

No mérito, a autora pretende a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 91.515,13, cuja origem seria um empréstimo pessoal feito por ela ao réu.

O réu sustenta que o empréstimo foi feito por sua genitora e teve por finalidade a realização do casamento com a autora, todavia, para não ter problemas com os demais irmãos, declarou o réu em seu imposto de renda que o dinheiro teria sido emprestado pela autora.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Primeiramente, como já foi decidido no saneador, a afirmação feita pelo autor à Receita Federal, de que recebeu da ré quantia em empréstimo, se não corresponde à verdade, é questão que interessa apenas ao poder tributante.

Destarte, cumpre verificar se a autora fez prova dos fatos constitutivos do seu direito.

O art. 373, I, NCPC, consagra como regra, a distribuição estática de provar os fatos alegados, fazendo recair sobre o autor o ônus de comprovar os fatos constitutivos de seu direito e sobre o réu o de comprovar os fatos impeditivos, extintivos ou modificativos do direito da autora, como decidido em saneador de fls. 181/183.

A autora foi instada a trazer aos autos documentos que comprovassem a origem da quantia e seu efetivo repasse ao réu. O réu, por seu turno, foi instado a comprovar que o empréstimo foi realizado por sua genitora (fls.183).

O réu não instruiu o feito com documento que comprovasse que o empréstimo teria sido feito por sua mãe, mas trouxe aos autos extratos que comprovam que ela possuía condições financeiras para tanto (fls.191/212).

A autora, todavia, não instruiu o feito com qualquer documento que comprovasse a origem do dinheiro que tivesse emprestado ao réu, tampouco, que lhe tivesse repassado tal importância.

Na verdade, a autora não informou nem sequer em que data teria efetuado o empréstimo ao autor.

Pelo que se vislumbra da declaração de imposto de renda feita pelo réu no ano de 2006, conforme documento por ele próprio juntado aos autos (fls. 168), o empréstimo teria sido realizado no exercício de 2005, ano

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

em que as partes convolaram núpcias.

Não é crível que a autora mantivesse em sua residência expressiva quantia, já que a praxe é a manutenção de valores elevados em instituições financeiras.

Pela cópia da petição inicial da ação de separação judicial movida pelo réu em face da autora, colacionada pelo réu, é possível constatar que as partes casaram-se em 10 de dezembro de 2005.

Assim, a autora não logrou comprovar que possuía expressiva quantia e que efetivamente a teria emprestado ao réu.

Vale anotar que o contrato de mútuo possui natureza real, aperfeiçoando-se apenas com a entrega do valor mutuado, nos termos do art. 587 do Código Civil e dessa entrega efetiva não existe prova documental idônea nos autos.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, e condeno a autora em razão de sua sucumbência, ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa atualizado desde o ajuizamento e acrescido de juros de mora a partir da citação, observando-se, todavia, os benefícios da gratuidade de justiça.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 05 de março de 2018.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**